

***EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA: ANÁLISE DAS  
RELAÇÕES COMERCIAIS***

*EVOLUTION OF BILATERAL TRADE BETWEEN BRAZIL AND CHINA: ANALYSIS OF  
COMMERCIAL RELATIONS*

**Fabiana Kenia Silva Costa\***  
**Talles Girardin de Mendonça\*\***

**RESUMO**

O presente artigo buscou apresentar a evolução da relação comercial entre Brasil e China, bem como suas perspectivas futuras. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura e o cálculo da taxa de crescimento do comércio para setores selecionados. Através da análise por fator agregado das principais mercadorias transacionadas entre os dois países, no período de 2000 a 2015, verificou-se a predominância de produtos manufaturados no que diz respeito às exportações chinesas para o Brasil. Já no perfil da exportação do Brasil para a China constatou-se o contrário, com predominância de produtos básicos. Para os próximos anos, espera-se uma trajetória decrescente das taxas de crescimento do PIB chinês, devido às mudanças de seu modelo de crescimento que vem estimulando a demanda interna. Nesse sentido, a expectativa é de desaquecimento da economia brasileira, uma vez que, junto com a diminuição da demanda chinesa, não se espera elevação nos preços das commodities.

**Palavras-chave:** China; Comércio internacional; Comércio sino-brasileiro;

**ABSTRACT**

This paper aimed to present the evolution of the commercial relationship between Brazil and China, as well as its future prospects. For this, a literature review and the calculation of the growth rate of the trade for selected sectors were carried out. Through the analysis by aggregate factor of the main goods transacted between the two countries, in the period from 2000 to 2015, it was verified the predominance of manufactured products with respect to Chinese exports to Brazil. In the profile of Brazil's exports to China, the opposite was true, with a predominance of basic products. For the coming years, a downward trend in China's GDP growth rates is expected due to changes in its growth model that has been stimulating domestic demand. In this sense, the Brazilian economy is expected to slow down, since, along with the decline in Chinese demand, commodity prices are not expected to rise.

**Keywords:** China; International trade; Sino-brazilian trade.

\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São José Del Rei. Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras.

\*\*Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professor Adjunto III na Universidade Federal de São João Del Rei.

## INTRODUÇÃO

A análise do comércio internacional surgiu da necessidade de explicação das trocas internacionais, sendo um dos pontos mais antigos do debate econômico. O estudo de seus determinantes evoluiu juntamente com a Economia enquanto ciência.

Segundo Oliveira (2007), na análise do comércio internacional é de fundamental relevância a constatação dos determinantes do comércio. Entender o porquê da existência do comércio, quais os preços das importações e exportações, que quantidades são ou poderiam ser importadas e exportadas e quais são as diretrizes determinantes da política comercial dos países estão entre os questionamentos básicos das teorias do comércio internacional.

Não existe uma teoria geral e única do comércio internacional que aborde de forma completa o tema. No entanto, um conceito-chave para seu entendimento é o princípio da vantagem comparativa de Ricardo (1817). Isso porque as principais teorias do comércio internacional se baseiam em tal princípio. Segundo a teoria ricardiana, mesmo se uma nação for menos eficiente do que a outra na produção de diferentes produtos, ainda assim existiria base para o comércio mutuamente benéfico (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Salvatore (2007), uma medida aproximada da relação econômica entre as nações, ou da sua interdependência, é dada pela relação entre as importações e exportações de bens e serviços e o seu produto interno bruto (PIB), sendo que as importações e exportações como percentagem do PIB são mais elevadas em países em desenvolvimento.

Diversos trabalhos discorreram sobre uma possível mudança do padrão de comércio do Brasil em função do crescimento econômico chinês. Vários autores argumentam que o país está se especializando na produção e exportação de produtos de mais baixo valor agregado (bens primários), ao passo que sua importação é composta em grande parte por produtos manufaturados.

Vale salientar que as relações sino-brasileiras se caracterizam basicamente pela exportação de commodities por parte do Brasil, sobretudo soja e ferro, e pela importação de produtos industrializados e tecnológicos da China.

Brasil e China estão entre as principais economias em desenvolvimento, recebendo a economia chinesa destaque por apresentar elevadas taxas de crescimento quando comparada às demais economias em desenvolvimento.

O crescimento chinês vem despertando atenção tanto por sua intensidade, como pela sua relativa sustentabilidade mesmo diante de crises mundiais com o mundo todo experimentando crescimento econômico mediano. Sua crescente importância econômica tem elevado a relevância do continente asiático em termos de comércio mundial.

Assim como ocorre no cenário internacional, a China vem ocupando um papel progressivamente importante nas relações comerciais com o Brasil. A partir de 2009 o país se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, pelo critério de fluxo de comércio, figurando como maior mercado das exportações brasileiras. A China vem se constituindo como uma das principais fontes de investimento estrangeiro direto no país, tendo destaque os setores de energia, mineração, siderurgia e agronegócio. Em 2012 tornou-se o principal fornecedor de produtos importados para o Brasil.

O comércio Brasil-China ampliou-se de forma significativa entre 2001 e 2015 – passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Só em 2015 o Brasil exportou para a China um total de US\$ 35,6 bilhões e importou US\$ 30,7 bilhões obtendo, como resultado, superávit no comércio bilateral de US\$ 4,9 bilhões. Desde 2009 o Brasil acumula um superávit com a China de quase US\$ 46 bilhões segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (2016). Esses números dão uma dimensão do quanto importante é o comércio com a China para o Brasil.

A partir do exposto o presente artigo tem por objetivo apresentar o panorama da evolução da relação comercial entre Brasil e China, bem como as perspectivas futuras dessa relação. A relevância da pesquisa está associada à importância que a relação comercial entre os dois países vem apresentando,

principalmente, a partir da década de 2000.

O artigo está estruturado em 6 seções, além desta introdução. A próxima seção expõe as teorias do comércio internacional. A seção 3 apresenta a metodologia adotada para realização do trabalho. A seção 4 caracteriza a evolução do comércio bilateral entre Brasil e China a partir das reformas econômicas implementadas pelo país asiático em 1978. A seção 5 descreve a relação bilateral entre os dois países de 2000 a 2015 e a seção 6 discute as perspectivas futuras para esse comércio. Por fim, na última seção encontram-se as considerações finais.

## 2 COMÉRCIO INTERNACIONAL

De acordo com a visão mercantilista a maneira de uma nação tornar-se rica seria exportar mais do que importar, tendo o governo o papel de estimular as exportações e desestimular ou até mesmo restringir as importações, principalmente de bens de consumo supérfluos. O comércio internacional seria um jogo de soma zero, pois uma nação só poderia obter ganhos à custa de outras nações, pregando desta forma o nacionalismo econômico (SALVATORE, 2007).

Contraopondo-se a essa visão mercantilista Adam Smith elaborou sua teoria das vantagens absolutas partindo da ideia de que para existir comércio entre duas nações ambas deveriam ganhar. Quando uma nação é mais eficiente do que a outra na produção de um bem (ou possui vantagem absoluta), porém é menos eficiente na produção de um segundo bem (ou possui desvantagem absoluta), ambas podem ganhar, cada uma se especializando na produção do bem de sua vantagem absoluta e trocando parte de sua produção com a outra nação pelo bem de sua desvantagem absoluta (SALVATORE, 2007). Smith acreditava que todas as nações sairiam ganhando com o livre comércio, além de defender a menor intervenção governamental possível na economia.

A teoria das vantagens comparativas de Ricardo aprimorou a teoria smithiana ao estender a possibilidade de ganhos de comércio às nações que não possuem vantagem absoluta em relação a outras. A vantagem comparativa reflete o custo de oportunidade relativa, ou seja, a relação entre as quantidades de um determinado bem que dois países precisam deixar de produzir para direcionar sua produção para outro bem. Desta forma, os países exportam o bem que apresenta maior produtividade relativa do trabalho e importam o bem que apresenta menor produtividade relativa (COUTINHO et al., 2005). Ricardo observou que a ideia de vantagem absoluta pode ser utilizada para o comércio interno da nação, no qual existe a perfeita mobilidade dos fatores, mas não para o comércio internacional devido à imobilidade ou baixa mobilidade internacional dos fatores de produção.

Já a teoria de Heckscher e Ohlin difere do modelo ricardiano no que tange a identificação dos fatores determinantes da existência das vantagens comparativas, além do mesmo tentar avaliar os impactos sobre a distribuição da renda num país quando este se abre ao comércio exterior. Segundo esse modelo o país exporta o bem que utiliza intensivamente os fatores relativamente abundantes e importa o bem que utiliza intensivamente seu fator relativamente escasso.

List desenvolveu uma abordagem crítica a Escola Clássica composta pela teoria da vantagem absoluta, elaborada por Adam Smith, e a teoria da vantagem comparativa em função da produtividade do trabalho, descrita por David Ricardo. O mesmo via o protecionismo como um meio para o desenvolvimento de uma nação forte que poderia vir a comerciar num mundo com livre comércio de forma favorável. Para o autor o livre comércio tende a ser benéfico quando praticado entre nações com poder econômico semelhante (OLIVEIRA, 2007). Para List o livre comércio poderia resultar na sujeição das nações menos adiantadas à potência industrial, comercial e naval dominante.

A abordagem desenvolvida pelo autor cepalino Raúl Prebisch vai de encontro ao pensamento de List de que a política comercial protecionista é um mecanismo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Opondo-se a ideia das vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho, Prebisch afirma que as relações econômicas entre o centro e a periferia tendem a reproduzir as condições do subdesenvolvimento e a aumentar o fosso entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos

(CARDOSO, 1993). Ainda segundo Cardoso, a mão invisível acentuaria as distorções entre o centro e a periferia, já que os países centrais se apropriam da maior parte do progresso técnico.

Para Prebisch há uma tendência à deterioração dos termos de intercâmbio das economias periféricas em suas relações com o centro devido à baixa elasticidade-renda dos bens primários que representam o principal produto exportado pela periferia e a alta elasticidade-renda de suas importações, representadas em boa parte pelas manufaturas.

Segundo Chang (2004 apud MARTINS, 2014, pag. 24) os países em desenvolvimento sofrem grande pressão para adotar “boas políticas e boas instituições” para promover o desenvolvimento econômico. Esta pressão é exercida por países desenvolvidos que pregam a liberalização do comércio internacional, desregulamentação e políticas macroeconômicas restritivas. No entanto, para o autor, não faltam indícios de que essas políticas não foram sempre adotadas pelos países desenvolvidos durante sua fase de desenvolvimento. Ainda segundo Chang, os países hoje desenvolvidos, quando estavam em desenvolvimento, não implementaram nenhuma das políticas de livre comércio que preconizam. Seu avanço tecnológico foi garantido por políticas protecionistas.

A maior parte da literatura sobre fatores determinantes do comércio concentra-se no lado da oferta, neutralizando a procura pela introdução da hipótese de preferências idênticas. Contudo, sendo o comércio a diferença entre a produção e o consumo, devemos esperar significativa influência por parte da procura (FONTOURA, 1997).

A nova teoria de comércio internacional também chamada de “teoria estratégica de comércio” procura dar conta de novos fatores como as economias de escala, economias de escopo, fatores do lado da demanda como diferenciação de produto, tecnologia de mercado devido à competição imperfeita e política governamental, desenvolvendo explicações dos padrões de comércio e da competitividade a partir do exame das interações estratégicas das empresas e de governos. Assim, incorpora e explica alguns elementos da nova realidade mundial (BADO, 2004).

Dentro dessa nova teoria podemos citar o trabalho de Porter cujo foco concentra-se na construção da vantagem competitiva pela nação, a qual inclui novos fatores como: mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidade tecnológica e economias de escala. Para o autor, a prosperidade econômica da nação depende da produtividade com a qual os fatores de produção são empregados. Além disso, o aumento dessa produtividade ocorre por meio de inovações, decorrentes de novas tecnologias, novos métodos de treinamento, novas abordagens de marketing ou aprimoramento dos processos produtivos e gerenciais. Neste processo a demanda tem importância para determinar os rumos da inovação, sendo as condições da demanda interna determinantes para o processo de melhoria competitiva das firmas (COUTINHO et al., 2005).

Como bem expôs Oliveira (2007), as novas contribuições, embora não deem conta de explicar a complexidade que permeia as trocas internacionais, marcam posicionamentos menos abstratos acerca das políticas comerciais dos países e os padrões de troca e competitividade internacionais, ajudando a dar maior consistência às abordagens teóricas das trocas entre nações.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nesta pesquisa incluiu uma revisão de literatura que consiste no processo de busca e análise crítica da literatura com o objetivo de responder um determinado problema de pesquisa. A Literatura englobou materiais relevantes que foram escritos sobre o tema em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, dentre outros.

A análise do material coletado na revisão permite ao pesquisador a elaboração de trabalhos que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Além disso, foi calculada a taxa de crescimento do comércio para setores selecionados entre Brasil e China. Essa taxa consiste no percentual de incremento médio anual do comércio no ano ou

período considerado, identificando a intensidade do crescimento. A taxa de crescimento para um setor  $k$  do país  $i$  no ano  $t$  é obtida através da fórmula a seguir:

$$TX^t_{ik} = \left[ \frac{X^t_{ik} - X^{t-1}_{ik}}{X^{t-1}_{ik}} \right] * 100 \quad (1)$$

Em que  $X^t_{ik}$  é a exportação (ou importação) do setor  $k$  do país  $i$  no ano  $t$  e  $X^{t-1}_{ik}$  o valor da exportação (ou importação) do setor  $k$  do país  $i$  no ano  $t-1$ , ambos direcionados ou provenientes de um determinado país.

Paralelamente foi realizada uma análise descritiva dos dados que segundo Reis e Reis (2002) é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, utilizada para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos de dados.

Ademais, foram utilizadas ferramentas descritivas representadas por gráficos, tabelas e medidas de síntese como porcentagens e médias. A sintetização dos dados por meio de tais ferramentas permite ganhos em termos de clareza com relação à interpretação dos dados.

Os dados utilizados no trabalho referem-se ao comércio (importação e exportação) entre Brasil e China para setores selecionados e foram obtidos junto ao United Nations Commodity Trade Statistics (UNCOMTRADE) e junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

#### 4 HISTÓRICO DA APROXIMAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foram marcados pelo desempenho positivo da economia mundial que favoreceu a atração de investimentos estrangeiros e tecnologia ao Brasil e o consumo de produtos básicos complementares produzidos no Brasil pelos países desenvolvidos. Tais condições impulsionaram o crescimento econômico brasileiro, consolidando a ocorrência do “milagre econômico”. Neste mesmo período desenvolveu-se a estratégia de diplomacia de interesse nacional que buscava melhor posicionar o Brasil no cenário internacional, enfatizando uma inserção individual e valorizando o bilateralismo. O início da aproximação sino-brasileira ocorreu nesse período quando em 1971 o relatório do consulado brasileiro expôs um possível interesse da China em se aproximar do Brasil, sendo esta aproximação consolidada posteriormente (DICK, 2006).

Com o choque do petróleo em 1973 os países tiveram de repensar suas estratégias de inserção internacional, identificando a necessidade de distribuir suas alianças políticas e parcerias comerciais. Diante dessa situação o Brasil adotou uma política externa que buscava vantagens no cenário internacional e a ampliação de suas parcerias, aproximando-se de países em desenvolvimento.

A deterioração das relações com os norte-americanos favoreceu o movimento de construção de vínculos internacionais diversificados, construindo uma presença internacional própria, não condicionada pelos desígnios da potência hegemônica, com vistas a aumentar a capacidade de influência do país em questões globais que pudessem afetá-lo, e fazer face a situações de vulnerabilidade geradas pela crescente dependência de insumos externos (LESSA, 1998).

Após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 os governos brasileiro e chinês intensificaram suas relações diplomáticas, e, em 1978, assinaram o Acordo Comercial Bilateral, formalizando assim uma parceria comercial entre os países (ANJOS; AZEVEDO; TERRA, 2013). A China necessitava abrir caminho para o ocidente, eliminando seu isolamento econômico no período de Mao Tsé-Tung, sendo essa parceria comercial possível devido às reformas econômicas implementadas no país a partir de 1978.

Em dezembro de 1978, o então primeiro-ministro chinês, Deng Xiaoping, lançou um revolucionário plano de reforma econômica, o qual em poucos anos foi capaz de mudar completamente a economia da

China, retirando-a do atraso e estagnação para colocá-la em condições de disputar a hegemonia mundial com os países desenvolvidos. O plano de Deng, aprovado pela Assembleia Nacional em março de 1979, estava estruturado em torno de alguns pontos básicos sendo: no âmbito interno o estímulo a agricultura, setor que constituía historicamente a base da economia chinesa. No âmbito externo o plano adotou como pilares a abertura aos investimentos estrangeiros e o incentivo ao comércio internacional com o objetivo de promover as exportações e, em decorrência, assegurar a geração de superávits comerciais, o acúmulo de reservas cambiais e a criação de empregos (MACHADO; FERRAZ, 2005).

Na medida em que tais reformas obtiveram êxito, o país passou a aumentar significativamente sua participação no comércio internacional e, a exemplo do ocorrido no cenário internacional, aumentou progressivamente sua relação comercial com o Brasil, tendo essa relação se intensificado na década de 2000. As relações comerciais entre os dois países foram impulsionadas pela necessidade comum de inserção política e econômica no cenário internacional.

Segundo Dick (2006), a aproximação entre os dois países contemplou interesses políticos estratégicos similares, que impulsionaram a interlocução em fóruns multilaterais e econômico-comerciais, tendo em vista a complementaridade econômica entre os dois países, o que permitiu a expansão do fluxo bilateral de comércio entre os mesmos.

Ainda segundo Dick (2006), o relacionamento bilateral evoluiu de forma cautelosa, dada a conjuntura internacional e as circunstâncias internas de cada país. O fim da Revolução Cultural em 1976 e as reformas estruturais modernizadoras propiciaram uma maior abertura da China. O restabelecimento da democracia no Brasil nos anos 80, o fim da Guerra Fria e o processo de abertura econômica sob o ímpeto da globalização, impulsionaram o processo de aproximação entre os dois países, concretizando, no início da década de 1990, o estabelecimento da parceria estratégica (DICK, 2006).

Apesar do notável crescimento do comércio exterior chinês a partir de 1979, motivado pelo sucesso do plano de abertura econômica, o intercâmbio bilateral entre o Brasil e a China mantém-se em um patamar reduzido, especialmente quando se leva em consideração o potencial dos dois países. A baixa movimentação entre o Brasil e a China após a abertura comercial desta última não passou despercebida pelas autoridades chinesas. Prova desse fato é que, entre outras iniciativas, o então presidente chinês Jiang Zemin veio ao Brasil em 1993, ocasião durante a qual ressaltou a complementaridade entre as duas economias e propôs incrementar o relacionamento entre elas. Como resultado nos anos subsequentes houve um aumento no intercâmbio comercial entre o Brasil e a China. Todavia, o incremento foi motivado basicamente pelo aumento das exportações de produtos chineses para o Brasil (MACHADO; FERRAZ, 2005).

Segundo Thorstensen (2011) Brasil e China deram ao comércio internacional prioridades diferentes. Enquanto a China, nas últimas três décadas, optou por colocar o comércio internacional como centro do seu modelo de desenvolvimento, priorizando exportações de bens via empresas estatais e estrangeiras e liberalizando suas importações, o Brasil optou por um modelo de desenvolvimento com prioridade para o mercado interno e vem transformando sua agricultura em grande polo exportador. A China soube aproveitar, a partir dos anos de 1980, a migração de empresas transnacionais de países desenvolvidos para nações em desenvolvimento para se inserir nos fluxos globais de comércio. O país aproveitou a entrada do capital estrangeiro, para criar amplas redes de comércio ligadas a essas empresas (OLIVEIRA; LEÃO, 2010).

Desde 1998 o país dirige esforços para o aprofundamento da abertura de sua economia bem como para sua maior integração à economia mundial, caracterizada pela sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Para ser admitida na OMC comprometeu-se a realizar avanços em suas regras de comércio exterior, principalmente, no que tange as importações, com a redução de suas tarifas aduaneiras e barreiras não tarifárias.

Com relação ao Brasil, na década de 1990, sua ação passou a ser balizada pela permanente vigília da estabilização econômica, pela observância dos valores da democracia representativa, pelo respeito aos direitos humanos e pelo resguardo dos recursos do meio ambiente e sua utilização em um processo de

desenvolvimento sustentado, acrescidos dos tradicionais objetivos de ampliar o acesso aos mercados, às tecnologias, aos investimentos, à cooperação externa e obter melhor participação no processo decisório internacional (LESSA, 1998).

Os ajustes econômicos promovidos no início da década de 1990 e o processo de integração regional pelo qual passou somaram forças às características já conhecidas e ao patrimônio diplomático do país. O programa de reformas e ajustes econômicos, combinados com a ampla liberalização econômico-comercial só encontrou certo equilíbrio no início desse século (DICK, 2006).

Segundo Medeiros (1998, p. 2) “a combinação de abertura comercial e financeira com câmbio sobrevalorizado resultou em abruptas elevações dos coeficientes de importação e deslocamento das exportações para as commodities” no Brasil. As consequências desta política de inserção, para Costa (2015), se refletiram na baixa taxa de crescimento da economia brasileira, no índice de desemprego, no desmonte do aparelho produtivo industrial e na perda de importantes setores estratégicos para a formulação de políticas industriais. A China não promoveu sua abertura econômica de forma tão abrupta. O governo chinês adotou, entre outros mecanismos, políticas de educação, de absorção de tecnologias e técnicas administrativas através de diversos mecanismos, incentivando assim a concorrência interna antes de promover choques externos de competitividade (COSTA, 2015).

Devido à escassez de diversidade e de volume de recursos naturais necessários para manter suas taxas de crescimento, a China buscou consolidar uma rede internacional de fornecimento de matérias-primas. Sua política de expansão do investimento direto externo (IDE), que faz parte de sua política global, inclui objetivos de cunho geopolítico, concebida para fornecer respostas à pressão gerada pelos desafios enfrentados por sua economia como a pressão do aumento das reservas cambiais, inflação, aumento do custo de sua mão de obra, escassez de recursos naturais, matriz energética dependente do carvão, dentre outros (THORSTENSEN, 2011).

O Brasil representa umas das regiões de maior complementaridade com a China no que diz respeito aos recursos naturais, sendo incluído na rede de fornecimento de commodities necessárias para a manutenção da produção do país e, como consequência, vem aumentando progressivamente sua participação no IDE chinês. Grande parte desse investimento concentra-se na produção de commodities para fornecer à sua própria indústria nacional.

Para Machado e Ferraz (2005) as exportações brasileiras destinadas à China estão fortemente concentradas em produtos em que o país detém vantagens comparativas, sendo a maior parte do bom desempenho das exportações brasileiras para a China derivada de uma combinação favorável na qual o rápido incremento das importações chinesas incluiu muitos dos produtos em que o Brasil é competitivo em escala global.

Segundo Castilho (2007) diversos trabalhos analisaram a evolução do intercâmbio comercial entre os dois países e indicaram que os efeitos do crescimento do comércio são percebidos de forma diferenciada pelos agentes econômicos. Se para alguns, a China aparece como um mercado potencial importante para as exportações brasileiras, para outros, os produtos chineses são percebidos como concorrentes da produção brasileira, seja no mercado doméstico, seja em terceiros mercados.

A autora avalia em que medida o comércio com a China traz benefícios ou ameaças a produção do Brasil do ponto de vista do mercado de trabalho, visto que ocorre a geração de empregos em decorrência do aumento das exportações para aquele mercado, ao mesmo tempo em que postos de trabalhos são potencialmente “ameaçados” pela entrada dos produtos chineses.

Para a autora a evolução do comércio com a China tem duas consequências principais sobre o mercado de trabalho brasileiro. Em primeiro lugar, o intercâmbio bilateral tem gerado um importante volume de emprego, explicado em grande parte pela composição da pauta brasileira de exportações que tem apresentado um forte crescimento das vendas de produtos intensivos em trabalho. O número de empregos gerados pelas exportações supera aqueles que são potencialmente afetados pelas importações provenientes da China. Em segundo lugar, o tipo de emprego que tem sido gerado pelo comércio bilateral reflete o baixo conteúdo tecnológico e o baixo valor agregado do que é exportado pelo Brasil

para a China. Em termos de qualificação da força de trabalho, o Brasil aparece frente à China como um exportador líquido de mão-de-obra de baixa qualificação.

Segundo Bid (2005, apud Castilho p.4) a evolução do comércio bilateral entre Brasil e China reflete em grande medida a evolução da especialização da economia chinesa, marcada pela tendência a uma crescente sofisticação das exportações, através da qual o país vem se especializando em exportar bens finais e importar bens intermediários. Do lado das importações chinesas houve um forte aumento das importações de petróleo e metalurgia – o que é descrito como o “apetite insaciável por matérias primas”.

Para Costa (2015) os setores brasileiros que podem beneficiar-se da parceria estratégica entre Brasil e China são inúmeros, como o setor agrícola, o setor de manufaturas, da cooperação tecnológica, áreas estratégicas como a siderurgia e hidrocarbonetos, entre diversos outros setores. A intensificação da aproximação sino-brasileira pode ser altamente promissora ao Brasil, por um lado, pela complementaridade no plano econômico e, por outro, pela presença contínua em ambos os países, ao longo dos últimos 30 anos, de uma real vontade política do estabelecimento de uma cooperação tanto no plano das relações econômicas bilaterais, quanto na atuação conjunta frente aos organismos internacionais.

Para Barbosa e Mendes (2006) a diferença essencial entre Brasil e China parece residir no nexo entre exportações e investimento, que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, enquanto no Brasil e demais países latino-americanos a volatilidade cambial trouxe alterações bruscas nas taxas de crescimento e investimento, recorrendo estes países a políticas monetárias rígidas.

## 5 SITUAÇÃO ATUAL DA RELAÇÃO COMERCIAL SINO-BRASILEIRA

A União Europeia e os Estados Unidos sempre foram importantes parceiros comerciais do Brasil. No entanto, as mudanças ocorridas no cenário internacional, particularmente durante os anos 2000, com o crescimento da participação chinesa na compra de exportações brasileiras e a eclosão da crise econômica de 2008, culminaram na redução da participação destes parceiros tradicionais nas exportações brasileiras, enquanto a participação da região do Leste e Sudeste Asiático aumentou. Até o ano 2000 o Japão era o maior parceiro comercial brasileiro na região, sendo ultrapassado pela China no ano seguinte (CHANG, 2011). Dada a recente evolução da participação chinesa nas exportações nacionais, verifica-se a importância de estudar o fluxo de comércio Brasil-China.

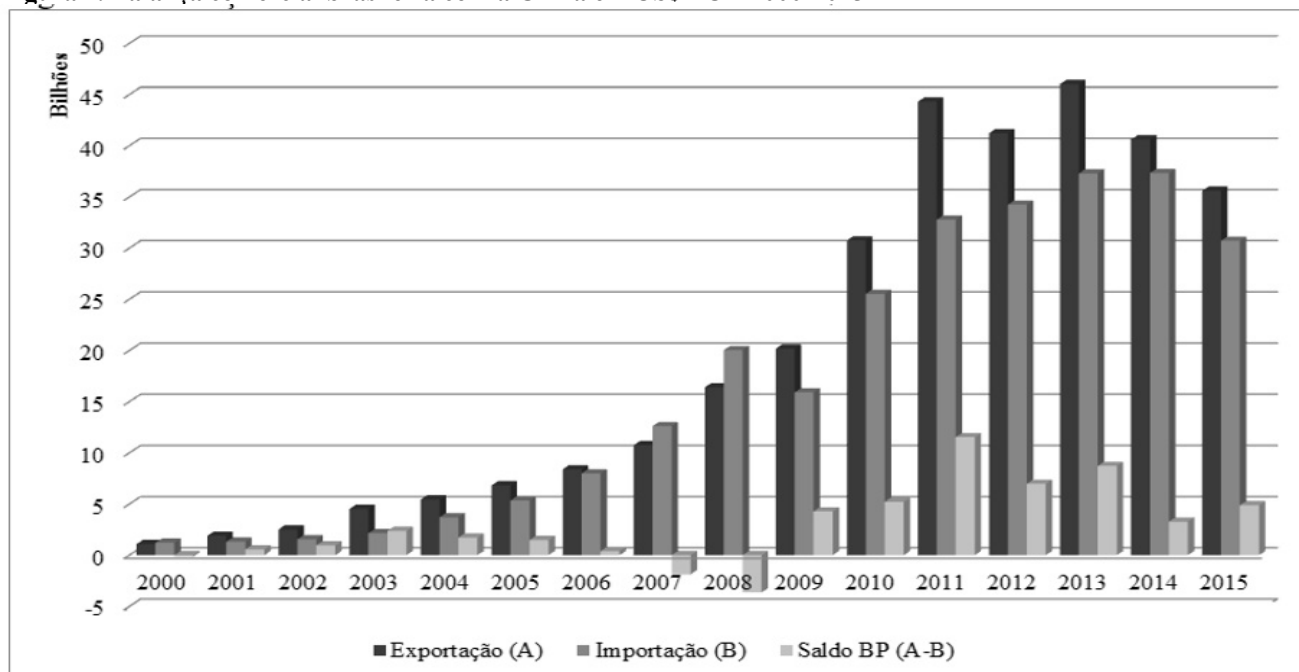
A China vem se consolidando como uma das economias mais dinâmicas deste século, tendo seu crescimento econômico refletido nas altas taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita. Para Costa (2015) um dos efeitos mais notáveis do impacto e do dinamismo econômico chinês foi o boom no preço das commodities, o que alavancou as exportações brasileiras de matérias-primas para a China. Segundo o autor se a intensificação do comércio Brasil-China não permitir que as exportações brasileiras aumentem seu valor agregado e o grau de elaboração de seus produtos, apenas estará se repetindo o padrão de trocas comerciais do Brasil com os Estados Unidos, Japão e Europa.

A evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada tanto pelo crescimento das exportações quanto das importações, tendo o fortalecimento recente do comércio entre os países implicado no aumento das exportações brasileiras para a China e o aumento das importações de origem chinesa nas compras externas brasileiras.

Essa evolução recente pode ser observada através da Balança Comercial (BC) entre os dois países (Figura 1). As exportações cresceram mais se comparadas às importações no período analisado, permitindo a geração de saldos comerciais positivos, com exceção dos anos de 2007 e 2008. Em 2007, como reflexo da valorização do real e da iminência da crise econômica mundial, as importações superaram as exportações e, como resultado, os superávits comerciais observados nos anos anteriores se converteram em um déficit comercial de 1,9 bilhões, que aumentou em 2008 para 3,6 bilhões. Tal situação foi revertida em 2009 quando a balança voltou a apresentar superávits, sendo observado em 2011 um aumento significativo do saldo da balança comercial; o superávit foi de 11,5 bilhões, graças à elevação das cotações das commodities, com destaque especial para o minério de ferro.



Figura 1. Balança comercial brasileira com a China em US\$ FOB 2000-2015



Fonte: COMTRADE - elaborada pelos autores

A redução no valor das exportações brasileiras para a China, em 2014 de 11,7%, teve como causa principal a tendência de queda dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo País. Os principais produtos exportados, soja e minério de ferro, auferiram crescimento na quantidade exportada. No entanto, com a queda dos preços internacionais, esses produtos encerraram o ano com redução no valor total exportado, quando comparado ao ano anterior. O mesmo cenário pôde ser observado no ano de 2015, com uma queda das exportações totais para a China de 12,3%.

No que diz respeito aos preços internacionais das commodities, no ano 2000 teve início uma forte valorização em suas cotações, que perdeu força nos dois anos subsequentes devido aos impactos causados pela crise internacional que envolveu diferentes países. A partir de 2003, as cotações voltaram a crescer de forma contínua até atingir seus recordes históricos em 2011, recorde alcançado graças à forte demanda da China e ao favorável cenário econômico internacional. A forte expansão acumulada no quantum das exportações de commodities, aliada à também expressiva valorização de suas cotações, são as razões que justificam o excelente desempenho numérico que a balança comercial brasileira obteve nos últimos anos (ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, 2012).

A conjugação de aumentos de preço e de quantidade das exportações de commodities faz com que a defasagem cambial gerada pela valorização do real seja absorvida e tenha reflexo apenas sobre sua rentabilidade, sem afetar sua competitividade externa. Situação oposta é observada na exportação de produtos manufaturados, cujos preços não apresentam elevação nos padrões explosivos das commodities e o aumento das quantidades exportadas, quando existe, não é tão expressivo. Além disso, com os custos de produção aumentando em reais e a valorização da taxa de câmbio do real frente ao dólar, os produtos manufaturados estão sendo duplamente penalizados, e, a consequência natural é a redução da competitividade dos produtos manufaturados na exportação, cenário que tem sido observado nos últimos anos (ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, 2012).

Segundo Costa (2015) os chineses, diferentemente de alguns países como o Brasil, perceberam que países que dominam tecnologias de ponta avançam e se desenvolvem muito mais rapidamente do que os países que importam tecnologias ou que apresentam a pauta exportadora predominantemente composta por commodities, uma vez que dominam parcelas cada vez maiores dos mercados mundiais de produtos dinâmicos e, conseqüentemente, uma maior fatia da renda global.

É possível observar o crescimento expressivo do comércio sino-brasileiro ao longo deste século. Em 2009 o país asiático se tornou o maior parceiro comercial do Brasil figurando como maior mercado comprador das exportações brasileiras e em 2012 se tornou o principal fornecedor de produtos importados para o Brasil. No entanto, a composição da pauta exportadora brasileira para a China concentra-se em alguns poucos produtos básicos, enquanto suas importações originadas da China estão centradas em manufaturas. Isso demonstra a vulnerabilidade da pauta exportadora brasileira quanto às variações dos preços internacionais.

Nas décadas de 1980 e 1990 o padrão de comércio entre os dois países apresentava-se de forma oposta com o Brasil exportando principalmente produtos manufaturados para a China e importando basicamente matérias-primas agrícolas e minerais. Contudo, ao longo dos anos este quadro foi se alterando, tanto em função da crescente necessidade chinesa de bens de consumo e do processo ainda em andamento de urbanização, como pela melhoria da sua economia, que cada vez mais se industrializava. Como resultado, observa-se que nos últimos anos o Brasil tornou-se um importador de equipamentos industrializados, manufaturados e um exportador de commodities, principalmente grãos de soja e minério de ferro (MORTATTI; MIRANDA; BACCHI, 2011).

Uma análise dos principais produtos transacionados entre a economia brasileira e chinesa aponta que no ano 2000 a pauta exportadora brasileira para a China já era composta basicamente por produtos de baixo valor agregado, sendo os principais produtos exportados o minério de ferro e a soja, em 2015 a soja ganhou destaque (Tabelas 1 e 2).

**Tabela 1. Comparação dos principais produtos exportados para a China em 2000 e 2015.**

2000	2015
Descrição do produto	Descrição do produto
Minério de ferro não aglomerado e seus concentrados	Soja, mesmo triturada
Soja mesmo triturada	Minérios de ferro e seus concentrados
Óleo bruto de petróleo	Óleos brutos de petróleo
Minério de ferro aglomerado e seus concentrados	Pasta química de madeira
Pasta química de madeira	Açúcares de cana
Óleo de soja bruto	Ferro-ligas
Fumo em folhas	Carne de aves congelada
Ferronióbio	Couros e peles
Catodos de cobre refinados	Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas
Ferro fundido bruto	Minérios de cobre e seus concentrados

Fonte: MDIC – elaborada pelos autores

**Tabela 2. Comparação dos principais produtos importados da China em 2000 e 2015.**

2000	2015
Descrição do produto	Descrição do produto
Aparelhos transmissores, receptores e componentes	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes
Coques e semicoques de hulha, de linhita ou de turfa	Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes
Brinquedos, jogos e artigos para diversão e suas partes	Produtos químicos orgânicos
Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades	Embarcações e estruturas flutuantes
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	Ferro fundido, ferro e aço
Motores, geradores, transformadores elétricos e suas partes	Vestuário e seus acessórios, exceto de Malha
Compostos orgânicos e inorgânicos	Plásticos e suas obras
Lâmpadas, tubos elétricos e faróis	Obras de ferro fundido, ferro ou aço
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	Vestuário e seus acessórios, de malha
Compostos de funções nitrogenadas	Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes

Fonte: MDIC – elaborada pelos autores

A composição das exportações chinesas para o Brasil inclui uma grande parcela de produtos industrializados, em sua grande maioria produtos de alto valor agregado. Ao utilizar o valor agregado na análise, os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados representaram no ano de 2015, respectivamente 2,47%, 0,38% e 97,15%, do valor das importações totais do Brasil provenientes da China (Tabela 3). Comparativamente, no ano de 2000, esses valores corresponderam a 8,23%, 1,44% e 90,43%, observando-se assim uma redução na importação de produtos básicos e semimanufaturados e um aumento significativo nos produtos manufaturados.

Já no que diz respeito às exportações para a China os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados representaram respectivamente, 68,16%, 12,97% e 19% no ano de 2000 (Tabela 4). No ano de 2015 representaram 80,29%, 13,2% e 6,43%. Houve, assim, um aprofundamento da dependência em relação aos produtos básicos e uma redução extremamente significativa na exportação de manufaturados.

Entre o período de 2001 a 2015, as importações brasileiras totais de produtos chineses aumentaram, em média, 27,4% ao ano, enquanto as exportações, 29% ao ano. No período entre 2000 e 2015 houve um crescimento nominal total de 3,2% nas exportações e nas importações esse crescimento foi de 2,4%.

**Tabela 3. Importações provenientes da China por fator agregado em bilhões de US\$ FOB 2000-2015.**

Ano	Importações totais		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Industrializados
	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A) + (B)
2000	1,22	0	0,10	0	0,016	0	1,11	0	1,12
2001	1,33	8.7	0,14	38.83	0,019	15.2	1,17	5.86	1,19
2002	1,55	16.98	0,23	62.78	0,019	-1.98	1,31	11.82	1,33
2003	2,15	38.21	0,33	43.51	0,027	42.99	1,80	37.22	1,82
2004	3,71	72.76	0,39	19.36	0,051	92.38	3,27	82.17	3,32
2005	5,35	44.31	0,25	-36.88	0,067	32.2	5,04	54.16	5,11
2006	7,99	49.23	0,20	-17.6	0,085	26.23	7,70	52.79	7,79
2007	12,62	57.95	0,32	58.75	0,092	8.15	12,21	58.48	12,30
2008	20,04	58.81	0,86	168.89	0,106	15.49	19,07	56.24	19,18
2009	15,91	-20.62	0,26	-70.4	0,043	-59.71	15,61	-18.15	15,66
2010	25,59	60.86	0,54	109.34	0,105	144.17	24,96	59.84	25,06
2011	32,79	28.11	0,89	65.72	0,103	-1.13	31,80	27.43	31,90
2012	34,25	4.45	0,72	-18.45	0,104	0.82	33,42	5.11	33,53
2013	37,30	8.91	0,85	17.77	0,065	-37.36	36,39	8.86	36,45
2014	37,34	0.11	0,67	-21.09	0,093	42.18	36,58	0.53	36,67
2015	30,72	-17.74	0,76	12.82	0,117	26.12	29,84	-18.41	29,96

Fonte: MDIC – elaborada pelos autores

As exportações brasileiras para a China tornaram-se mais especializadas em produtos para os quais o país apresenta vantagem comparativa, ou seja, a pauta de exportação brasileira para a China tornou-se mais concentrada em produtos cuja contribuição ao saldo comercial brasileiro é positiva. A concentração das exportações em tais produtos é interessante, uma vez que ao deter certa vantagem sobre seus concorrentes, o Brasil pode exportá-los a preços mais competitivos, superando a concorrência no mercado dos países importadores (CHANG, 2011). Dada à existência desse padrão na pauta de exportações brasileira e o fato de o Brasil ser um país abundante em recursos naturais, enquanto a China produz produtos com maior valor agregado, há uma concentração das exportações brasileiras em produtos com baixo valor agregado.

**Tabela 4- Exportações brasileiras para a China por fator agregado em bilhões de US\$ FOB 2000-2015.**

Ano	Exportações totais		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Industrializados
	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A) + (B)
2000	1,09	0.00	0,74	0.00	0,14	0.00	0,20	0.00	0,34
2001	1,90	75.26	1,15	56.13	0,27	94.86	0,46	127.76	0,74
2002	2,52	32.54	1,55	34.26	0,44	61.27	0,52	12.09	0,96
2003	4,53	79.83	2,27	46.16	1,08	144.04	1,17	125.84	2,25
2004	5,44	20.03	3,23	42.60	1,23	14.30	0,97	-17.75	2,20
2005	6,83	25.61	4,67	44.62	1,00	-18.57	1,14	18.04	2,15
2006	8,40	22.93	6,21	32.93	1,28	26.92	0,88	-22.89	2,15
2007	10,75	27.93	7,93	27.59	1,94	51.87	0,87	-1.41	2,80
2008	16,52	53.72	12,83	61.85	2,59	33.51	1,09	26.29	3,68
2009	21,00	27.12	16,31	27.13	3,26	26.14	1,42	29.88	4,68
2010	30,79	46.57	25,76	57.91	3,62	11.04	1,39	-1.94	5,02
2011	44,31	43.94	37,66	46.23	4,59	26.84	2,03	45.67	6,63
2012	41,23	-6.97	34,15	-9.33	4,67	1.68	2,37	16.82	7,04
2013	46,03	11.64	38,97	14.13	5,46	16.84	1,56	-34.31	7,02
2014	40,62	-11.75	34,29	-12.01	4,67	-14.48	1,63	4.25	6,29
2015	35,61	-12.33	28,59	-16.63	4,70	0.68	2,29	40.92	6,99

Fonte: MDIC – elaborada pelos autores

Diversos fatores contribuíram para o aumento da corrente de comércio (importações e exportações) Brasil-China. É possível citar a adoção do regime de câmbio flutuante no Brasil em 1999, que permitiu reverter uma situação de elevada vulnerabilidade externa, expressa nos déficits em transações correntes

do país. No entanto ganha destaque a entrada da China, em 2001, como país membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que permitiu um aumento no acesso ao mercado chinês, além de um ambiente mais previsível nas trocas comerciais e no investimento estrangeiro. Em 2001, as exportações brasileiras para a China cresceram 75,26% em relação ao ano anterior, enquanto as importações tiveram um aumento de 8,7%.

O acesso da China à OMC fez parte de uma estratégia mais geral do governo chinês que teve por objetivo aumentar a presença do país na economia mundial. Um dos objetivos foi a elevação dos investimentos diretos chineses no exterior, algo que fortaleceria a internacionalização das principais empresas chinesas, ao mesmo tempo em que permitiria à China assegurar fontes de suprimento de matérias-primas e produtos agrícolas necessárias para preservar o elevado ritmo de crescimento econômico do país. Para ingressar na OMC a China estabeleceu um programa de remoção de barreiras comerciais e de abertura de mercado para empresas estrangeiras em quase todos os setores produtivos, assim como em uma larga gama de serviços. O país concordou em rever e reformar sua estrutura legal com o objetivo de conferir transparência e previsibilidade aos negócios e transações comerciais com o exterior (PEREIRA; FILHO, 2005).

Vale ressaltar que o regime cambial chinês é caracterizado pela rigidez da taxa de câmbio, convergindo para a desvalorização da moeda, sendo este um importante instrumento de estímulo às exportações. Isso porque o câmbio desvalorizado torna mais atraente as exportações, aumentando a competitividade de seus produtos no comércio internacional. O câmbio é utilizado pelo país como estratégia de desenvolvimento voltada para a expansão das exportações. Segundo Rocha, Curado e Damiani (2011) ao não permitir que a maior liquidez internacional e os superávits no balanço de pagamentos se traduzissem em fortes valorizações de suas moedas, os países asiáticos asseguraram a manutenção de sua competitividade externa, o que se constituiu num elemento central de sua estratégia de desenvolvimento econômico.

Em acréscimo, a China combina uma série de fatores que juntos a tornam um país atraente aos investimentos estrangeiros. Além da localização, o país asiático apresenta grande disponibilidade de mão-de-obra barata e qualificada, oferta abundante de capital e um dos maiores mercados consumidores do mundo. Diante de tantos atrativos, a China tornou-se, entre os países em desenvolvimento, a principal destinatária dos investimentos externos, em especial após a sua adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001. O aumento do fluxo de investimento direto estrangeiro para a China prova o aumento da importância dos chineses para a economia global (COSTA, 2015).

A necessidade da China em importar recursos naturais e matéria prima para sua produção é o que define as exportações brasileiras. Embora o Brasil esteja aproveitando tais oportunidades, um próximo passo para incrementar as exportações seria identificar e explorar nichos de mercado nos quais os produtos brasileiros ainda não competem, seja por não ter uma produção direcionada para tais mercados, seja por falta de divulgação da parte brasileira e, conseqüentemente, de conhecimento do mercado chinês (CHANG, 2011).

A maior concentração das exportações brasileiras em commodities e a grande probabilidade de que isto se aprofunde ainda mais nos próximos anos, traz a necessidade de acompanhar e entender melhor os mercados desses produtos, o comportamento de seus preços, as implicações para os fluxos de exportação e, principalmente, as conseqüências sobre as perspectivas de desenvolvimento econômico do país. Essa maior concentração em bens básicos gera fragilidades às economias em virtude dos possíveis choques externos de preços (BRANCO, 2013).

A volatilidade nos preços das commodities é mais alta quando comparados aos demais produtos. Assim, é esperado que haja menor previsibilidade da evolução econômica de países dependentes das exportações dessa categoria de bens, o que gera efeitos negativos para o desenvolvimento econômico e o bem-estar de suas populações (BRANCO, 2013).

A expansão das exportações brasileiras para a China, e, principalmente, a sua diversificação, dependerá, em grande medida, da capacidade do governo brasileiro de implementar iniciativas ativas e bem definidas no plano comercial e diplomático (PEREIRA; FILHO, 2005).

## 6 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O COMÉRCIO BRASIL-CHINA

A análise do desempenho de longo prazo da corrente de comércio exterior brasileira sugere que as exportações seguem uma trajetória de expansão suave e contínua, independente das oscilações da economia, enquanto as importações têm um comportamento extremamente irregular, com explosões e contrações comandadas pelo quadro macroeconômico. Porém, colocado em perspectiva internacional, esse desempenho é apenas mediano, a despeito de todo o crescimento absoluto ocorrido. Já as exportações de manufaturados expandiram-se em ritmo inferior ao dos demais países (KUPFER; LAPLANE, 2010). Ainda segundo os autores, o aumento da relevância da China no comércio internacional propõe ao Brasil uma situação de córner, expresso no fato de que a estrutura produtiva chinesa é cada vez mais competitiva que a brasileira, e que a complementariedade resume-se cada vez mais às matérias-primas mais básicas.

A economia chinesa está passando por uma reestruturação do modelo de crescimento, através de estímulo ao fortalecimento da demanda interna, com maior participação do setor de serviços, ao contrário dos anos anteriores em que o crescimento se baseava em aumento de investimentos e maior produção industrial. O país fechou o ano de 2015 com crescimento do PIB abaixo de 7%, menor resultado dos últimos anos. O pior desempenho chinês foi resultado especialmente da fraca atividade industrial, em virtude do excesso de capacidade de diversos setores. Ao longo dos próximos anos, espera-se uma trajetória decrescente do PIB chinês em resposta às mudanças necessárias para alcançar esse novo padrão de crescimento. A redução da demanda deste país, dado o menor investimento e menor participação da indústria, continuará a afetar os preços internacionais das commodities e a balança comercial de diversos países, incluindo o Brasil. Dado o grande papel da China como parceiro comercial do Brasil, é provável que o menor crescimento chinês tenha impactos sobre a economia brasileira, ainda que sua dimensão seja desconhecida (BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2016).

Em 2015, o PIB brasileiro caiu 3,8%, com destaque negativo, pelo lado da oferta, para a indústria e serviços. Ambos os setores foram pressionados pela retração da demanda interna, que se deu em parte pelo aumento do desemprego e redução do rendimento real médio. Pela esfera da demanda, pode ser destacado o comportamento da formação bruta de capital fixo, que caiu cerca de 14% no ano. Para que haja uma recuperação da economia, é fundamental ter uma retomada dos investimentos, o que depende inicialmente de uma melhora das expectativas dos agentes econômicos (BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2016).

Em junho do mesmo ano foi criado o Fundo Brasil-China para expansão da capacidade produtiva com o objetivo de fomentar investimentos em infraestrutura e logística, energia, mineração, manufaturas, agricultura, entre outros para o desenvolvimento do investimento e cooperação na área de capacidade produtiva entre o Ministério do Planejamento e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Nos próximos anos a expectativa é de melhor desempenho dos países desenvolvidos e de desaquecimento dos países emergentes, em virtude especialmente do menor crescimento da economia chinesa. O crescimento do comércio mundial, aliado ao câmbio desvalorizado, deve favorecer o setor externo nacional e, conseqüentemente, as indústrias voltadas para o mercado internacional. Por outro lado, os ajustes das contas do governo e a baixa confiança dos investidores devem limitar o crescimento nos anos iniciais. Ainda que a economia mundial consiga impulsionar um ritmo mais forte de crescimento nos próximos dez anos, não se espera uma elevação nos preços de commodities de forma a retomar o patamar observado durante o período de boom das commodities. A demanda chinesa já está diminuindo e, em virtude da mudança de padrão e das menores taxas de seu crescimento, não deve impulsionar o comércio mundial no mesmo ritmo observado na primeira década deste século (BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2016).

A diminuição no ritmo de crescimento do comércio entre Brasil e China desde 2011 sugere um rebalanceamento no nível de comércio entre os dois países, indicando que os períodos de elevada expansão dificilmente se repetirão. Em primeiro lugar, porque os valores exportados e importados mudaram de patamar, impedindo a sustentação de taxas tão elevadas de crescimento do comércio nos anos subsequentes. Além disto, uma mudança gradativa no modelo de desenvolvimento econômico chinês, ampliando a ênfase no consumo doméstico, implicará, possivelmente, em uma mudança da sua pauta. Ainda assim, não há projeção de quebra estrutural no padrão das exportações brasileiras no curto e médio prazo, mas um possível ganho relativo dos produtos do agronegócio, devido à intensificação da urbanização chinesa, que pode resultar na elevação do consumo de produtos alimentícios. Além disso, espera-se que os minérios e outros insumos da metalurgia (minério de ferro, catodos de cobre, manganês e nióbio) continuem sendo vetores relevantes da pauta de exportação brasileira, em termos absolutos (FRISCHTAK et al., 2015).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAS

A abertura comercial chinesa ocorreu de forma gradual a partir de 1978. O país saiu de um comunismo fechado para figurar no século XXI como umas das principais potências econômicas. Isso pode ser explicado pelo planejamento estatal para atrair investimento estrangeiro para setores chave da economia, com ênfase nas exportações. Essa abertura resultou em maior participação do país no comércio internacional. Sua emergência como potência comercial, nos últimos anos, significou para o resto do mundo o surgimento de uma série de oportunidades e ameaças no campo comercial.

Diversos fatores contribuíram para o aumento do comércio bilateral Brasil-China, destacando-se a entrada da China na OMC em 2001, fato imprescindível para completar suas reformas econômicas internas. Vale ressaltar, que sua taxa de câmbio desvalorizada tornou os produtos chineses atraentes para o mercado brasileiro.

A balança comercial brasileira com a China foi favorecida pelo bom desempenho das commodities. A participação destas no conjunto das exportações brasileiras vem aumentando ao longo dos anos, com destaque para a soja e o minério de ferro.

Através de uma análise por fator agregado das principais mercadorias transacionadas entre os países verifica-se a predominância de produtos manufaturados no que diz respeito às exportações chinesas para o Brasil. E no perfil da exportação do Brasil para a China constata-se exatamente o contrário, com predominância de produtos básicos.

Como bem expôs Thorstensen (2011) alguns pontos poderiam constar de uma agenda positiva a ser analisada pelo governo e empresas brasileiras como: o melhor aproveitamento, por parte do Brasil, das quotas-tarifárias de produtos alimentares estabelecidas pela China; o estabelecimento de uma lista de áreas prioritárias para investimentos, nos moldes praticados pela China; uma lista de produtos agrícolas que poderiam receber maior teor de transformação no Brasil e ter assim, seu valor agregado aumentado, tanto por parte da indústria brasileira, quanto de investimentos chineses no Brasil; compromissos a serem assumidos pela China e seus empresários, de que investimentos chineses no Brasil estejam não só destinados ao mercado interno, mas também à exportação e tragam aportes de novas tecnologias.

Espera-se uma trajetória decrescente das taxas de crescimento do PIB chinês ao longo dos próximos anos, devido às mudanças necessárias para a reestruturação de seu modelo de crescimento, agora estimulando a demanda interna. A redução da demanda do país continuará a afetar os preços internacionais das commodities e a balança comercial do Brasil. Dado o grande papel da China como parceiro comercial do Brasil, é provável que o menor crescimento chinês tenha impactos sobre a economia brasileira nos próximos anos.

Nesse aspecto, a expectativa para os próximos anos é de desaquecimento da economia brasileira, uma vez que somado a diminuição da demanda chinesa, não se espera uma elevação nos preços das commodities.

A contribuição do trabalho se deu na exposição da evolução histórica e caracterização do comércio bilateral Brasil-China, a partir da análise por fator agregado das importações e exportações brasileiras para a China, ensejando o desenvolvimento de trabalhos futuros a cerca do tema.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Adriana Toledo Mendes dos; AZEVEDO, André Filipe Zago de; TERRA, Paulo Renato Soares. Um estudo empírico sobre as perspectivas de ampliação das relações comerciais entre Brasil e China. Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental: REGET/UFSM. Santa Maria, RS. Vol. 16, n. 16 (nov. 2013), p. 3134-3148, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL-AEB. Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro, janeiro de 2012.

BADO, Álvaro Labrada. Das desvantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. Revista de economia e relações internacionais. v.3. n.5, p. 05-20. 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. As relações econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil. FES Briefing Paper, p. 1-10, 2006.

BRANCO, Rodrigo S. O desenvolvimento econômico brasileiro recente liderado por commodities, à luz do Modelo Agrário-Exportador de Raul Prebisch. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.2, n.3, 2013.

Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. Caracterização do Cenário Macroeconômico para os próximos 10 anos (2016-2025). Série Estudos Econômicos. Nota técnica DEA, v. 6. Rio de Janeiro. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CASTILHO, Marta R. Impactos distributivos do comércio Brasil-China: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 91, p. 1-16, 2007.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada. Unesp, 2004.

CHANG, Mateus Silva. Exportações Brasileiras para a China e o Japão: padrões de especialização e competitividade. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

COSTA, Guilherme O. M. A evolução do comércio entre Brasil e China: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras. 2015. Monografia (Graduação), Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara.

COUTINHO, Eduardo S.; LANA-PEIXOTO, Fernando V.; FILHO, Paulo Z. R.; AMARAL, Hudson F. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, outubro/dezembro 2005.



DICK, Patrícia P. A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995-2005). 2006. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FONTOURA, Maria Paula. Boletim de ciências econômicas, volume XL, 1997.

FRISCHTAK, Claudio; SOARES, André; CARIELLO, Túlio; ORTH, Camila F; SANTOS, Clara; STEFFEN, Patrícia. Oportunidades de Comércio e Investimento na China para setores selecionados. Conselho Empresarial Brasil-China e Agência brasileira de promoção de exportações e investimentos. 2015.

KUPFER, David; LAPLANE, Mariano F. (COORDS.). Perspectivas do investimento no Brasil: síntese final. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2010.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista de Política Internacional, v. 41, n. SPE, p. 29-41, 1998.

MACHADO, João B. M.; FERRAZ, Galeno T. Comércio externo da China e efeitos sobre as exportações brasileiras. Brasília: CEPAL, 2005.

MARTINS, Anna Carolina M. G. Protecionismo: uma análise teórica e prática da sua aplicação. 2014. Monografia, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. Poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> acesso maio 2016.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>> acesso maio de 2016.

MORTATTI, Caio Marcos; MIRANDA, Sílvia H. G; BACCHI, Mirian R. P. Determinantes do comércio brasil-china de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. Economia Aplicada, v. 15, n. 2, p. 311-335, 2011.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. Revista Urutágua, n. 11, p. 1-18, 2007.

OLIVEIRA, Ivan T. M.; LEÃO, Rodrigo P. F. A inserção diferenciada da China no comércio internacional. Revista Desafios do Desenvolvimento, IPEA, ano 8, edição 60, 2010.

PEREIRA, Lia Valls; FILHO, Galeno Tinoco F. O acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. 2005.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka A. Análise descritiva de dados: síntese numérica. Relatório Técnico RTP-02/2002 Série Ensino. Belo Horizonte, UFMG. 2002.

ROCHA, Marcos; CURADO, Marcelo; DAMIANI, Daniel. Taxa de câmbio real e crescimento econômico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas. Revista de Economia Política, v. 31, n. 4, p. 528-550, 2011.

SALVATORE, Dominik. Introdução à economia internacional: uma primeira edição. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

THORSTENSEN, Vera. Brasil e China - de conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. Seminário Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: oportunidades e desafios. 2011.

United Nations Commodity Trade Statistics (UNCOMTRADE). Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>> acesso maio de 2016.

VOSGERAU, Dilmeire S. R.; ROMANOWSKI, Joana P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.